

# Caio Prado Júnior e o sentido da colonização

*Krishna Mendes Monteiro*<sup>1</sup>

## Introdução

“Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’”. A frase da qual Caio Prado Júnior se utiliza para iniciar seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*<sup>2</sup> sintetiza o que, para o autor, representaria a característica marcante de nossa história: o fato de termos sido sempre, ao longo dos séculos, um projeto de nação cujos olhares se voltaram predominantemente para aquilo que nos era ditado pelo exterior. O “sentido” da formação brasileira estaria ligado de maneira indissociável aos destinos das nações do continente europeu, aos avanços e retrocessos de sua política, cultura e economia. A própria descoberta e povoamento das terras que no futuro constituiriam o Brasil não representaria mais do que um capítulo na história da expansão ultramarina européia; ao contrário das colônias do norte, entretanto, que com o passar dos anos encontraram os caminhos de sua auto-determinação, os territórios do sul, mesmo politicamente independentes, continuaram a orientar-se segundo as expansões e crises da economia do Velho Mundo.

Quais seriam, então, as ligações entre a produção de alimentos no Brasil colônia e o “sentido” da evolução brasileira? Muitas. As relações econômicas de produção resultantes do “sentido” de nossa formação – grande propriedade monocultora e escravista, produção voltada para o mercado externo, concentração extrema da renda e da riqueza – se refletiram de forma marcante, com o passar dos séculos, nas demais atividades econômicas aqui realizadas e na própria maneira através da qual a sociedade se estruturava. Tudo o que não fosse voltado para fora, ou seja, tudo o que não se inscrevesse em nosso “sentido” original, tinha, segundo

---

(1) Graduando – 4º ano (Unicamp. Instituto de Economia).

(2) Cf. Prado Jr. (1942: 15).

Caio Prado Jr., caráter acessório, sendo relegado a um segundo plano. Descobrir em detalhes, portanto, a visão do autor a respeito deste problema específico, sem nos esquecermos de suas relações com o caráter geral de nossa colonização e formação, é o objetivo central deste artigo.

### **A ocupação e exploração das novas terras**

Os nomes de Balboa, João Caboto, Fernão de Magalhães e do florentino Verazanno são lembrados pelos historiadores especialistas na expansão ultramarina européia como pertencentes a grandes navegantes empenhados em um objetivo comum: a descoberta de uma passagem que ligasse os Oceanos Atlântico e Pacífico, Ocidente e Oriente. Balboa, em uma de suas incursões pela América do Norte, chegara a avistar o Pacífico, não encontrando no entanto a tão procurada via de ligação. A busca por tal passagem, à qual fazem menção grande parte dos documentos da época, simbolizaria, para Caio Prado Jr., o extremo descaso que as nações européias devotaram de início às novas terras recém descobertas. A América era vista apenas como um empecilho a ser transposto, uma imensa muralha de terra que se interpunha entre a Europa e as tão sonhadas especiarias das Índias Orientais. A implantação de feitorias no território – nos mesmos moldes do realizado na costa africana – não se justificava, pelo simples fato de que os indígenas locais eram incapazes de fornecer gêneros que interessam ao comércio europeu, com a exceção do pau-brasil, na região tropical, e das peles de animais, na zona temperada ao norte.

Mais uma vez, assim como na expansão inicial rumo ao oceano, os portugueses revelaram seu pioneirismo. A necessidade de ocupar os novos territórios, tendo em vista a ameaça constante de invasão por parte de outras nações européias, leva os habitantes lusos da península ibérica a inovar na organização da produção e criação de riqueza. Tornava-se necessário, agora, ampliar o significado do termo “colonização”:

“Nestas condições, ‘colonizar’ ainda era entendido como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses, holandeses e outros no Extremo-Norte

da Europa e no levante, como os portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo, habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessavam seu comércio. A idéia de povoar surge daí e só daí” (Prado Júnior, 1986: 16).

Caio Prado Jr. prossegue sua exposição destacando o pioneirismo português nesta nova colonização:

“Aqui, ainda Portugal foi um pioneiro. Seus primeiros passos neste terreno são nas ilhas do Atlântico, postos avançados, pela identidade de condições para os fins visados, do continente americano; e isto ainda no séc. XV. Era preciso povoar e organizar a produção: Portugal realizou estes objetivos brilhantemente. Repeti-lo-á na América” (Prado Júnior, 1986: 16).

Com o tempo, a ocupação dos novos territórios e a produção local de gêneros passa a adquirir características distintas em função do meio geográfico e das pessoas diretamente responsáveis pela organização da produção. Segundo o historiador, as colônias inglesas do norte tendem a atrair um tipo de colono que, em sua grande maioria, fugindo das perseguições religiosas em seu país, tende a trabalhar em regimes baseados no extrativismo e na pequena propriedade. Para isso também contribuíram fenômenos como o cercamento na Inglaterra, que, ao privar os camponeses de seu acesso à terra, lança milhares de pessoas aos navios com destino ao Novo Mundo. Reproduzir na América a civilização européia: este era o objetivo daqueles que embarcavam rumo ao novo continente.

Já nas regiões tropicais, a colonização adquire características distintas. Ao contrário da Inglaterra, Portugal não dispunha de contingentes populacionais em excesso para enviá-los a suas colônias. Nem isso interessava aos lusos. A ordem que partia dos formuladores de sua política mercantilista era organizar a produção de forma a garantir o maior fluxo possível de riquezas em direção à Metrópole. Como atingir tal objetivo? Através de um plano de colonização onde os portugueses – ao contrário dos colonos americanos, que desejavam *recriar* uma sociedade em um novo ambiente – apareciam como os *dirigentes* de um projeto econômico cujo objetivo era garantir o envio de riquezas em direção aos cofres do

reino. As diferenças entre as duas formas de colonização são evidenciadas por Caio Prado Jr. como os fatores responsáveis pela essência de nossa formação:

“Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituíram colônias propriamente de *povoamento* (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, *De la colonization chez les peuples modernes*) escoadouro para excessos demográficos da Europa, que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, manter-se-ão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (Prado Júnior, 1986: 17).

Os elementos fundamentais que explicam a “formação e evolução histórica dos trópicos americanos” são assim de fundamental importância para o entendimento de diversas questões relativas à formação da sociedade brasileira: a estrutura de classes; a organização da produção; a divisão de renda; o sincretismo religioso; a estrutura patriarcal da família; e, finalmente, o que mais nos interessa neste momento específico: a agricultura mercantil de alimentos e a produção de gêneros de subsistência na colônia.

## **A colônia e a produção de alimentos**

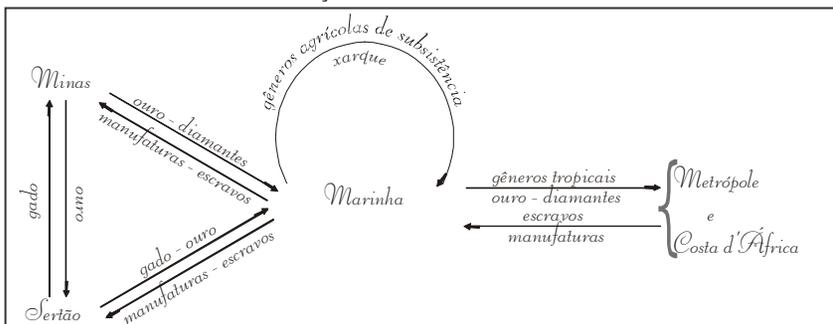
Em sua análise da economia colonial brasileira, Caio Prado Jr. estabelece uma divisão entre dois setores. Um deles, o principal – predominantemente voltado para o exterior –, baseado na produção e exportação de gêneros como o açúcar e o tabaco, com vistas ao mercado europeu. Outro, o qual é classificado

pelo autor como de “subsistência”, destinado a sustentar e amparar a existência e o funcionamento do primeiro. Tal divisão já surge nos primeiros parágrafos do capítulo “Atividades Acessórias” de seu livro *História Econômica do Brasil*:

“Numa economia como a brasileira – particularmente em sua primeira fase – é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção. O primeiro é dos grandes produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco, que vimos no capítulo anterior; o outro é das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São sobretudo as que se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada nesta última, e poderíamos, em oposição à outra, denominá-la *economia de subsistência*. A distinção é muito importante, porque além das características próprias que acompanham um e outro setor, ela serve para conclusões de grande relevo na vida e na evolução econômica da colônia. No primeiro capítulo em que procurei destacar o caráter geral da colonização brasileira, já se verificou que ele é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. É para isto que se constitui. A nossa economia subordinar-se-á por isso inteiramente a tal fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo o que mais nela existe, e que, aliás, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial” (Prado Júnior, 1986: 41).

A forma como Caio Prado enxerga as atividades econômicas da colônia é, a partir deste momento, definida na obra do historiador através de um diagrama que sintetizaria a “vida comercial” do Brasil de então:

Figura 1  
Circulação Comercial da Colônia



Fonte: Prado Júnior (1953: 117, cap. 12).

A representação comportaria três setores específicos: a *marinha*, que compreendia as “áreas de povoamento e atividade do litoral, produtoras de gêneros agrícolas destinados à exportação, e nas quais se localizam os grandes centros e portos de comércio exterior” (Prado Júnior, 1953: 117); o *sertão*, que abrangia as áreas de criação de gado do interior; e, por fim, as *minas*, onde se exploravam o ouro e os diamantes.

Para Caio Prado Jr, seu esquema sintetizaria a essência e o “sentido” da colonização brasileira: o de uma colônia de exploração, predominantemente voltada para fora. Esta situação se evidenciaria se observássemos a direção dos fluxos de comércio: ouro e diamantes partem das minas e do sertão rumo à marinha, que os envia para a Metrópole; esta, em contrapartida, fornece em troca manufaturas e escravos, que são redirecionados aos setores já citados da colônia, garantindo o funcionamento do sistema. A acumulação de ouro nos cofres lusos ficaria, assim, garantida. A coesão social e a “obediência” da colônia, por sua vez, seriam asseguradas por meio de uma brutal concentração de renda e da concessão de inúmeros privilégios à sua elite.

Dentro de tal quadro, a agricultura de alimentos seria inteiramente subordinada à produção exportadora de larga escala e destinada a manter seu funcionamento. Caio Prado Jr. estabelece dois sistemas em torno dos quais se estruturaria a produção de gêneros alimentícios na colônia: um deles dentro dos próprios engenhos de açúcar e das grandes fazendas, onde o plantio de produtos como o milho e a mandioca seria realizado de forma subsidiária à produção principal por escravos trabalhando em determinados dias “livres”, estipulados pelos seus senhores. Segundo o historiador, “pode-se dizer que a população rural da colônia ocupada nas grandes lavouras e que constitui a quase totalidade dela, provê suficientemente a sua subsistência com culturas alimentares a que se dedica subsidiariamente, e sem necessidade de recorrer para fora” (Prado Júnior, 1986: 42). Já o outro abrangeria a população urbana, que estava em condições totalmente diferentes. Devido à predominância nas cidades de pessoas ligadas à administração e ao comércio, a produção de gêneros alimentícios passou a ser realizada por pequenos produtores localizados em sua periferia, num prenúncio das primeiras formas camponesas no Brasil e do surgimento de camadas intermediárias entre senhores e escravos. Para Caio Prado,

“É certo que no primeiro século e meio da colonização os centros urbanos são muito pequenos. Assim mesmo, incluem uma população dedicada sobretudo à administração e ao comércio que não tem tempo nem meios para ocupar-se de sua subsistência, e cujo número é suficiente para fazer sentir o problema de sua manutenção. Em parte, abastecem-na com seus excessos os grandes domínios. Parte pequena, freqüentemente nula. O açúcar se encontra numa fase de prosperidade ascendente; os preços são vantajosos, e os esforços se canalizam no máximo para sua produção. Não sobra assim grande margem para atender às necessidades alimentares dos centros urbanos. Por este motivo constituem-se lavouras especializadas, isto é, dedicadas unicamente à produção de gêneros de manutenção. Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente, separado da grande lavoura, e cujo sistema de organização é muito diverso. Trata-se de pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo” (Prado Júnior, 1986: 42).

Assim como Gilberto Freire, cuja visão a respeito da produção de alimentos na colônia foi exposta em artigo no número anterior desta revista,<sup>3</sup> o problema da carestia de gêneros de subsistência no período é também uma constante na obra de Caio Prado Jr. O autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* enfatizou as tentativas de regular a produção de alimentos empreendida pela Coroa, muitas vezes infrutíferas. A crescente carestia de gêneros básicos como arroz, feijão, milho e mandioca nos grandes centros urbanos – cujo povoamento se mostrava cada vez mais denso – motivou tentativas de controle de sua produção que resultaram em um conflito direto entre os grandes proprietários rurais e as autoridades do Reino. Afinal de contas, para os membros da aristocracia local, o desejo de se estabelecer áreas onde a produção de alimentos seria compulsória representava ao mesmo tempo uma loucura e uma afronta. Para quê se abandonar parte do cultivo do precioso açúcar e produzir uma cultura menor como a mandioca, quando a maioria dos gêneros alimentícios poderia ser importada com as altas rendas auferidas através da venda do “produto rei”? Segundo o historiador brasileiro,

“Estabelecem-se medidas obrigando os proprietários a plantarem mandioca e outros alimentos; gravam-se as doações de terras com a obrigação de se cultivarem gêneros alimentares desde o primeiro ano da concessão. E assim outras. Todas estas medidas eram mais ou menos frustradas na prática. As atenções estavam fixas no açúcar, cuja exportação deixava grande margem de lucros, e ninguém dará importância aos gêneros alimentares. Um grande senhor de engenho chegará a lançar seu formal desafio às leis que o compeliem ao

---

(3) Cf. Monteiro (2001).

plântio da mandioca; ‘Não planto um só pé de mandioca, escreverá ele dirigindo-se às autoridades, para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país pela pior que nele há’...Compreende-se aliás esta atitude dos grandes proprietários e senhores de engenho. O problema da carestia e da falta de alimentos não existia para eles, e convinha-lhes muito mais plantar a cana, embora pagassem preços mais elevados pelos gêneros que consumiam. E como eram eles que detinham a maior e melhor parte das terras aproveitáveis, o problema da alimentação nunca se resolverá convenientemente . A população colonial, com exceção apenas de suas classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição. A urbana naturalmente sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar que reservará para si as melhores terras disponíveis” (Prado Júnior, 1986: 43).

Para Caio Prado Jr., a coexistência de situações de extrema penúria e opulência dentro de uma mesma sociedade – com parte dela tendo acesso a mercados de alimentos importados e outra sofrendo as conseqüências da carestia e da desorganização da produção alimentícia – seria desta maneira a prova cabal da tese de que a economia colonial em nosso território estava organizada basicamente em dois setores: um deles, o principal, destinado a fornecer metais preciosos e produtos tropicais como o açúcar e o tabaco para o enriquecimento da metrópole; outro, o de subsistência, com a função de amparar e manter o funcionamento do primeiro, sendo de importância subsidiária para aqueles que detinham grandes capitais. “Se não, não se explicaria este quadro característico da vida colonial: de um lado abundância, prosperidade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome” (Prado Júnior, 1986: 44).

## Conclusões

Terminada a análise de como Caio Prado Júnior aborda a produção de alimentos no Brasil colônia, podemos notar que esta se aproxima daquela empreendida por Gilberto Freire em seu livro *Casa Grande e Senzala* (1977): ambos os autores classificam o regime de plantio de produtos tropicais com vistas ao mercado externo como excludente e gerador de desequilíbrios na sociedade brasileira. Um regime que, ao ocupar para si as melhores porções de terra, deslocou os pequenos lavradores e pecuaristas para regiões cujas condições climáticas nem sempre eram favoráveis ao exercício destas atividades. A “ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar”, segundo as palavras de Caio

Prado, teve resultados danosos, que se refletiram principalmente no abastecimento dos grandes centros urbanos, muitas vezes abandonados à sua própria sorte. Entretanto, embora muito próximas, as análises dos autores diferem em relação ao enfoque dado ao dano causado pela cultura canavieira: enquanto Gilberto Freire centra suas atenções na questão da raça e das condições eugênicas do povo brasileiro, nas características que impediram o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas dos habitantes da colônia, Caio Prado aborda o tema da produção de alimentos sob a perspectiva das relações econômicas entre um território – o Brasil – destinado a alimentar a acumulação mercantil de riquezas em outro – Portugal. Ao contrário de Freire, cujo olhar se volta predominantemente *para dentro* (talvez como fruto de suas antigas preocupações com relação à mestiçagem de nosso povo), Caio Prado Jr. dirige sua análise para as *condições históricas que determinaram o descobrimento do Brasil*, a organização específica de sua produção e, finalmente, suas conseqüências na organização de um setor subsidiário à economia principal. Neste aspecto, a análise empreendida pelo autor de *História Econômica do Brasil* se reveste de um caráter complementar à de Freire: enquanto este centra seu olhar na questão do desenvolvimento físico da população, Caio Prado busca as *razões externas* que levaram a determinadas formas de exploração econômica de nosso território. Para o historiador, as condições que determinaram a produção de alimentos no Brasil estavam indissociavelmente ligadas ao eixo que orientou por toda a vida sua atividade como escritor e militante: o *sentido* de nossa colonização e o futuro da periferia.

## **Bibliografia**

- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MONTEIRO, Krishna Mendes. A sombra do latifúndio: Gilberto Freire e a produção de alimentos no Brasil colônia. *Formação Econômica*, Campinas, n. 7, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Caio *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- \_\_\_\_\_. (1953). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.